

EDITORIAL

Com imensa satisfação e expectativas apresentamos este novo número da Revista Interfaces Científicas – Direito, em sua sétima edição, composta por oito artigos que discutem temas de elevada e reconhecida importância dentro do pensamento jurídico contemporâneo.

Iniciando pelo acesso à justiça, a Revista traz em dois artigos, “A assistência jurídica gratuita como mínimo existencial”, de autoria de Sales Echaiz Espinoza e “O jus postulandi na justiça do trabalho: é uma ampliação do acesso à justiça aos jurisdicionados ou é uma utopia?”, de José Araújo Avelino, que estabelece uma discussão crítica e destemida sobre a utopia em que vem se constituindo essa garantia constitucional no Brasil democrático diante dos óbices administrativos e procedimentais impostos ao seu exercício pela cultura jurídica nacional tradicional.

Seguindo na linha crítica que é a tônica desse número, a Revista nos brinda com o artigo “A empresa do século XXI: criando valor compartilhado em tempos de um capitalismo consciente” de Vinícius Figueiredo Chaves, que propõe uma análise dos papéis e do alcance da empresa nas práticas sociais e nas relações humanas, buscando o seu redimensionamento ao século XXI.

Dois artigos voltam-se à discussão do direito contratual e da administração pública, são eles: “Administração contratual, nova contratualidade administrativa e contratos de parcerias: breves considerações acerca de alguns conceitos que integram uma nova terminologia trazida pela doutrina administrativista contemporânea” de Murilo Ferro e André Castro Carvalho e “Lei 8666/93: influência da contratação pelo menor preço na qualidade dos produtos entregues” de Rafael Marques Damiani e Luciane dos Santos da Cruz.

E, como sempre busca cumprir sua parcela de contribuição na discussão sobre os direitos de cidadania, sobre as subjetividades e sobre o direito à igualdade e à diferença, por serem temas que obrigatoriamente devem orientar os debates jurídicos contemporâneos, a Revista nos brinda com três artigos de pesquisadores experientes na área, que refletem sobre os direitos humanos na perspectiva de raça e religião, no artigo “A proteção às religiões de matriz africana a partir da inserção de conteúdos sobre educação patrimonial nos cursos jurídicos” de Ilzver de Matos Oliveira e Manuella Maria Vergne Cardoso, pelo viés do gênero, na contribuição “Mulheres na jurisprudência sergipana: a desembargadora Clara Leite em Sergipe e sua trajetória” de Janaína Cardoso de Melo e no âmbito geracional, no artigo “O ‘abuso afetivo’ decorrente da alienação parental e a responsabilização pelo dano moral” de Acácia Gardênia Santos Lelis e Hortência Maria Machado Vanderley.

Por fim, agradecemos aos/às colaboradores/as – pareceristas, autores/as, tradutores/as, editores/as, secretaria, Conselho Editorial, Conselho Consultivo, Diretoria e demais membros da equipe e parceiros/as –, que possibilitaram a publicação deste número e sua continuidade.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Liziane Paixão Silva Oliveira

Doutora em Direito pela Université d’Aix - Marseille III
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito - UNIT
Mestrado em Direitos Humanos